

**Celebrar as
vitórias
Organizar a luta**

Relatório sindical das principais atividades realizadas no ano de 2024

Caros servidores públicos da Funai,

O Sindsep-DF apresenta o amplo calendário de lutas e atividades realizadas durante o ano de 2024, e convoca, desde já, toda categoria para a participação nas lutas que virão neste 2025.

Apesar do quadro adverso com a adoção de medidas fiscais restritivas, aproveitamos para listar, a seguir, as principais atividades realizadas, com o objetivo de enfatizar os significativos avanços conquistados nas relações de trabalho e nas negociações entre as entidades sindicais e o governo:

1) Principais atividades específicas da Funai (Seção Sindical):

- **30/01/2024: Manifestação de repúdio à forma de atuação das Forças Armadas na operação Yanomami.** A Condsef, Ascema, Ansef e INA, entidades que representam os servidores públicos federais do meio ambiente (Ibama, MMA, ICMBio e SFB) e da Funai, manifestam publicamente sua indignação e repúdio à forma como as Forças Armadas vêm atuando na operação Yanomami, que visa combater o garimpo ilegal na terra indígena, localizada nos estados de Roraima e Amazonas. A operação Yanomami, iniciada em maio de 2023, é uma ação conjunta entre o Ibama, a Funai, a Polícia Federal e as Forças Armadas, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. O objetivo é proteger os direitos dos povos indígenas, preservar o meio ambiente e garantir a soberania nacional na região, que é alvo de invasões de garimpeiros que exploram ilegalmente o ouro e outros minérios, causando graves danos ambientais e sociais. No entanto, as Forças Armadas vêm deixando de cumprir sua missão de apoiar e facilitar o trabalho dos demais órgãos envolvidos nas ações de fiscalização e repressão ao garimpo ilegal. Segundo diversas reportagens e denúncias, as forças armadas têm: Negado ou atrasado o uso de aeronaves para o transporte de servidores, equipamentos e materiais, prejudicando a logística e a eficiência das operações; Impedido ou dificultado o sobrevoo de entidades civis e indígenas sobre o território Yanomami, restringindo o acesso à informação e à fiscalização independente; Deixado de colaborar ou se omitido nas ações das instituições que envolvem destruição de maquinários, pistas de pouso e acampamentos dos garimpeiros, o que permite que eles continuem suas atividades ilegais; Falhado em garantir a segurança dos servidores públicos e dos indígenas, que sofrem constantes ameaças, ataques e violências por parte dos garimpeiros armados; Negado sobrevoo o território com autoridades do governo; Desmobilizado pontos de apoio dentro do território indígena para abastecimento das aeronaves das instituições de proteção ambiental. Nesse sentido, as entidades signatárias vêm exigir que o governo tome as necessárias providências para garantir que as forças armadas passem a

colaborar efetivamente com a operação Yanomami, respeitando e apoiando os demais órgãos envolvidos, cumprindo as determinações legais e judiciais, e atendendo aos interesses da sociedade brasileira, que clama pela proteção dos direitos humanos, da biodiversidade e da soberania nacional.

- **31/01/2024: Proposta unificada de reajuste para o Executivo Federal, entregue ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) pelas entidades sindicais representativas do funcionalismo em 31 de janeiro de 2024.** A proposta dividiu os órgãos em dois blocos, com reajustes diferenciados. Para o Bloco I (categorias que tiveram reajuste bianual em 2016 e 2017), o percentual de aumento é de 34,32%, divididos em três parcelas de 10,34% cada nos anos de 2024, 2025 e 2026. Já para o Bloco II (categorias que tiveram reajuste em quatro anos: 2016, 2017, 2018 e 2019), o aumento será de 22,71%, em três parcelas de 7,06%, no período de 2024 a 2026.
- **20/02/2024: Sindsep-DF realiza assembleia unificada na Funai.** Os servidores da Funai participaram de assembleia geral unificada realizada pelo Sindsep-DF, Ansef e INA, para tratar da campanha salarial 2024 e das pautas específicas da categoria. Representante da direção da Condsef também participou da atividade. As entidades sindicais debateram a conjuntura política e apresentaram as resoluções do XIV CONCONDSEF e o V CONFENADSEF, com ênfase nos seguintes pontos: 1. Organização e participação dos servidores na Marcha da classe trabalhadora a Brasília, pela revogação das reformas trabalhistas e da previdência, pelo fim da terceirização sem limites e pela unificação das pautas trabalhistas dos setores público e privado; 2. Intensificação da solidariedade ao Povo Palestino, com participação nos atos pelo cessar fogo imediato; 3. Organização de campanha de emergência contra a PEC 32; 4. Regulamentação da Convenção 151 da OIT, pelo direito à negociação coletiva com data-base em 1º de maio; e 5. Diretrizes e posições de princípio sobre a reforma do Estado, concursos públicos e estruturação de carreiras, com foco no combate às desigualdades no serviço público e na sociedade brasileira, como um todo.
- **20/02/2024: Moção de solidariedade dos trabalhadores da Funai ao Povo Palestino,** pelo cessar-fogo imediato e fim do genocídio na Faixa de Gaza. Em assembleia realizada no dia 20/02, os servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) aprovaram Moção de solidariedade ao Povo Palestino, pelo cessar-fogo imediato e fim do genocídio na Faixa de Gaza. Veja a íntegra do documento no card ou acesse o PDF no site www.sindsep-df.com.br/notas-e-mocoos/.
- **28/02/2024: Campanha Salarial: Dia Nacional de Luta pelo reajuste do funcionalismo.** O Sindsep-DF convocou todos os servidores de sua base para o ato nacional no dia 28 de fevereiro, durante a sétima reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), na sede do DNIT, com o objetivo de discutir a proposta unificada de reajuste para o Executivo Federal, entregue ao ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) pelas entidades sindicais representativas do funcionalismo em 31 de janeiro de 2024. A proposta dividiu os órgãos em dois blocos, com reajustes diferenciados. Para o Bloco I (categorias que tiveram reajuste bianual em 2016 e 2017), o percentual

de aumento é de 34,32%, divididos em três parcelas de 10,34% cada nos anos de 2024, 2025 e 2026. Já para o Bloco II (categorias que tiveram reajuste em quatro anos: 2016, 2017, 2018 e 2019), o aumento será de 22,71%, em três parcelas de 7,06%, no período de 2024 a 2026. Além do reajuste linear, o sindicato permaneceu com as ações pelo atendimento das pautas setoriais dos servidores mobilizados pela reestruturação e estruturação de seus planos de carreira os servidores do MEC, da área ambiental (Ibama, Chico Mendes, MMA e SFB), Incra/MDA, INEP/FNDE, MGI, MRE, MJSP e os servidores analistas de sistema que ficaram fora da carreira de TI (MP 1.203/23). Servidores federais estiveram em vigília em frente à sede do Dnit, em Brasília, onde aconteceu a retomada do diálogo na Mesa Nacional de Negociação Permanente com o governo. Em todo o Brasil aconteceram atos e mobilizações em busca de avanços nas negociações.

- **02/04/2024: Seção Sindical da Funai convoca assembleia de servidores**, realizada no terraço atrás da sede do órgão em Brasília, a atividade discutiu o calendário da Campanha Salarial de 2024 e pautas específicas, como as prioridades do setor para a retomada da mesa setorial de negociação e a tramitação do PL que instituiu a carreira indigenista. Os servidores da Funai encaminharam a criação de uma comissão para trabalhar pela aprovação do plano de carreira no Congresso. A assembleia também deliberou pela retomada da mesa setorial de negociação no âmbito da Funai. Os servidores também aprovaram os seguintes pontos: Inclusão das seguintes pautas no Plano de Lutas: a) Regulamentação da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista (Gapin); b) Revogação da Lei 14.701 (marco temporal); Envio de ofício à direção da Funai para a retomada da Mesa Setorial de Negociação Permanente no âmbito da fundação; Criação de um canal para centralização da comunicação com a base do sindicato; Atualização do Plano de Lutas, com a indicação do que já foi conquistado e a inclusão das novas pautas; Elaboração de pesquisa pelo Google Forms para atualização da pauta e estabelecimento de prioridades junto à base; Envio de ofício à Procuradoria Federal Especializada, com solicitação de informações sobre o que já foi feito em relação à Lei 14.701 (marco temporal); e Criação de uma comissão para organizar a atuação dos servidores pela revogação da Lei 14.701 (marco temporal) junto ao movimento indígena durante o Acampamento Terra Livre (ATL).
- **04/04/2024: Sindsep-DF e Condsef participam do GT de reestruturação da Funai**. Entre os dias 4 e 5 de abril, representantes do Sindsep-DF e da Condsef participaram da primeira reunião do Grupo de Trabalho que irá elaborar uma nova proposta de estrutura organizacional para a Funai. O GT foi instituído pela Portaria n. 886, de 16 de fevereiro de 2024, que garante a participação das entidades representativas dos servidores, como convidadas, em todas as fases da discussão. A primeira reunião se dedica à apresentação e discussão das diretrizes e demais regras de funcionamento do GT definidas pela Diretoria Colegiada da Funai. Durante a abertura do evento, a presidenta da Funai, Joenia Wapichana, destacou a importância de o governo Lula ter, pela primeira vez na história, aberto de fato os espaços institucionais para a gestão dos povos indígenas. A ministra dos povos indígenas, Sonia Guajajara, destacou em sua fala que a atual estrutura da Funai ainda é muito precária para a garantia da efetivação das políticas públicas indigenistas. Reforçou, também, que a presença indígena

ocupando cargos estratégicos ainda enfrenta certa resistência das instituições do Estado brasileiro, mas que um novo caminho começou a ser trilhado. As representações sindicais participam visando contribuir no debate e na mediação, junto às demais entidades representativas do setor, Ansef e INA, dos temas trabalhados no GT com o conjunto dos servidores, tendo como compreensão central que a plena execução das políticas públicas sociais, econômicas, ambientais e territoriais voltadas aos povos indígenas dependem de órgãos públicos estruturados com orçamento, condições materiais e trabalhadores valorizados.

- **09/04/2024: Ofício Sindsep-DF nº 34/2024 (SEI nº 6484782) protocolado na Funai.** Conforme o encaminhamento da assembleia de servidoras e servidores da Funai, realizada em 2 de abril de 2024, em Brasília-DF, solicitamos agendamento de reunião para continuidade dos trabalhos da Mesa Setorial de Negociação Permanente, espaço bilateral constituído por representantes da Funai e representantes das entidades legalmente constituídas, registradas no processo Funai nº 08620.001785/2023-47, relativos à pauta de reivindicações dos trabalhadores da Funai, especialmente sobre a regulamentação da GAPIN, conforme previsto na MPV 1203/2023.
- **11/04/2024: Reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente na Funai.** Pauta: Regulamentação das bandas da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista – GAPIN e Implicações do Projeto de Lei nº 1213/2024, substitutivo da Medida Provisória 1203/2023, para os servidores quer percebem a GEAAPGPE.
- **21/04/2024: Movimento Sindical contra o Marco Temporal.** A Seção Sindical do Sindsep-DF na Funai convocou todos os trabalhadores do setor público, lideranças sindicais e organizações da classe trabalhadora a se engajar nas atividades da vigésima edição do Acampamento Terra Livre, que teve como eixo a luta contra o Marco Temporal. O Sindsep-DF esteve presente nas atividades com faixas e cartazes manifestando a solidariedade do movimento sindical às lutas dos Povos Indígenas. Convocou sua base para participar da Marcha NOSSO MARCO É ANCESTRAL. SEMPRE ESTIVEMOS AQUI! A defesa dos direitos dos Povos Indígenas é a defesa dos direitos de toda a sociedade! Todo apoio à luta dos Povos Indígenas! Não ao Marco Temporal! Demarcação Já!
- **23/04/2024: Sindsep-DF participa de marcha dos povos indígenas.** Os servidores da Funai, organizados pela Seção Sindical do Sindsep-DF no órgão, participaram da "Marcha [#EmergênciaIndígena](#): Nossos Direitos não se negociam", que integra as atividades do Acampamento Terra Livre 2024, maior mobilização indígena do Brasil e da união entre os povos, com o tema: “Nosso Marco é Ancestral: Sempre estivemos aqui!”. Com faixas e cartazes, os servidores e o Sindsep-DF reafirmaram sua posição contrária ao Marco Temporal - agora transformado em lei, obra de um Congresso reacionário e ruralista -, e exigiram o cumprimento das promessas de campanha do governo Lula, com avanço nas demarcações das terras indígenas. O secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, e a diretora de Comunicação e Imprensa, Mônica Carneiro, participaram da marcha que saiu do Acampamento Terra Livre

- no estacionamento da Funarte - em direção ao Congresso Nacional.

- **01/05/2024: Sindsep-DF no 1 de maio da classe trabalhadora**. Intervenção do Sindsep-DF reforça chamado para marcha da classe trabalhadora a Brasília, em 22 de maio, pela revogação das reformas trabalhista, da previdência e da terceirização sem limites; solidariedade ao povo Palestino, pelo cessar fogo imediato na Faixa de Gaza; e punição aos generais envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro!
- **22/05/2024: 22 de maio: Marcha da Classe Trabalhadora pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária e da lei das terceirizações**. O Sindsep-DF convocou todos os servidores da sua base para participarem da Marcha da Classe Trabalhadora a Brasília. Organizada pela CUT, a manifestação defende, entre outras pautas, a revogação das reformas trabalhista (Lei 13.467/2017) e previdenciária (EC 103/2019), e da lei das terceirizações (Lei 13.429/2017). Cerca de 20 mil manifestantes participaram da Marcha da Classe Trabalhadora, convocada pela CUT. Além da pauta central da classe trabalhadora, os servidores e empregados públicos levaram para a marcha as suas reivindicações específicas, entre elas destacam-se o arquivamento definitivo da PEC 32, que destrói os serviços públicos e a estabilidade dos servidores; e a revisão da atual política salarial do governo, com o objetivo de garantir negociações mais justas e reajuste isonômico ainda em 2024 a todos os setores do funcionalismo. Os servidores vêm cobrando maior compromisso do governo para que as negociações conduzidas nas mesas específicas e temporárias garantam processos de estruturação e reestruturação das carreiras voltados à correção de distorções salariais e à recomposição das perdas salariais do período de 2016 a 2022 sem diferenciação entre os servidores dos níveis superior, intermediário e auxiliar; e com a garantia de inclusão dos aposentados e dos pensionistas. A atividade deixou um importante recado para o atual governo de que trabalhadores e trabalhadoras não vão abrir mão de lutar por seus direitos e esperam que os avanços na direção da reconstrução do Brasil sejam colocados em prática por uma política que priorize o povo no orçamento. A reconstrução e o apoio incondicional ao povo do Rio Grande do Sul também foram destaque. Servidores públicos federais, estaduais e municipais vieram de todos os cantos do Brasil para juntos cobrar valorização e investimento no setor público. Entidades filiadas à Condsef/Fenadsef de diversos estados também vieram à capital federal somar vozes no coro da classe trabalhadora. A frase que unificou servidores federais, estaduais e municipais "Dignidade para quem faz o Estado" estava estampada em camisetas e faixas.
- **29/05/2024: Vitória histórica dos servidores da Funai: Senado aprova o PL que cria carreira indigenista e texto segue para sanção presidencial**. O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 1.213/2024 que cria a carreira Indigenista e o Plano Especial de Cargos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). A conquista histórica foi comemorada pela direção do Sindsep-DF e pelos servidores do órgão, que há cerca de 20 anos lutam pela estruturação da carreira, e cuja mobilização se intensificou em junho de 2022, após os brutais assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips. Diante de um governo que atuava no desmonte da Funai e pela retirada dos direitos dos povos indígenas, os servidores deram início a uma ampla

mobilização do conjunto da categoria, para a qual o Sindsep-DF ofertou todo o suporte técnico, financeiro, político e jurídico. Nessas circunstâncias, os servidores, organizados por seus sindicatos e associações, realizaram inúmeras atividades de articulação e obtiveram diversas conquistas iniciais, a exemplo da recomposição das verbas indenizatórias de deslocamento a serviço, da melhoria nas escalas de trabalho por revezamento de longa duração, da composição de forças-tarefa para atuar em regiões de difícil acesso e em faixas de fronteira, entre outras. Já no novo governo, os servidores, organizados pelo Sindsep-DF, realizaram ao todo 27 atos semanais na porta do MGI durante todo o ano, os quais foram imprescindíveis para a conquista da estruturação do plano de carreira.

- **03/06/2024: Ofício Sindsep-DF nº 57/2024 (SEI nº 6684611) protocolado na Funai.** Solicita agendamento de reunião da Mesa Setorial para continuidade dos trabalhos relativos à pauta de reivindicações dos trabalhadores da Funai, especialmente sobre a regulamentação da GAPIN, conforme previsto na MPV 1203/2023. Tal regulamentação incide diretamente sobre a remuneração das/os servidoras/es desta Fundação que estão em exercício em locais de difícil provimento, faz parte da reestruturação da carreira indigenista e depende apenas de ato deliberativo da gestão.
- **05/06/2024: Dois anos dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips.** Em 5 de junho de 2024, completou dois anos do brutal assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, no Vale do Javari, no extremo-oeste do Amazonas. O crime chocou o país e chamou a atenção para a insegurança que cerca tanto os povos indígenas quanto aqueles que lutam pelos direitos dos povos originários, sejam eles servidores públicos, comunicadores e ambientalistas. Para marcar a data, o Sindsep-DF esteve presente na Jornada Bruno Pereira e Dom Phillips, no Cine Brasília, que discutiu a memória do Indigenismo no Vale do Javari a partir da luta dos defensores de direitos humanos, e terminou com a exibição do documentário "Vale dos Isolados: o assassinato de Bruno e Dom". A diretora do Sindsep-DF e servidora da Funai, Mônica Carneiro, lembrou que os assassinatos expuseram para todo o país a precarização da Funai e as péssimas condições de trabalho do órgão durante o governo genocida de Bolsonaro, e levou os servidores a deflagrarem greve em todo o Brasil em luta por justiça para Bruno e Dom, melhores condições de trabalho, segurança nos territórios indígenas, entre outras demandas. Em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, os servidores do meio ambiente (MMA, Ibama, ICMbio e SFB) realizaram um ato em frente ao bloco C, sede da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SRT/MGI) para cobrar do governo a valorização de suas carreiras. O Sindsep-DF também participou da atividade.
- **07/06/2024: Reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente na Funai.** Pauta: Regulamentação do regime de trabalho por revezamento de longa duração, no âmbito da Funai, e regulamentação das bandas da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista – GAPIN. Foi informado que as minutas serão encaminhadas ao MPI e ao MGI após apresentação às entidades representativas de servidores para contribuições e/ou alterações. Memória de Reunião nº 12 (SEI nº 6713000).

- **12/06/2024: CONTRA A PEC 65/2023.** Servidores federais realizaram mobilização contra o projeto que transforma o Banco Central em um instrumento da especulação financeira, do mercado e retira direitos dos trabalhadores do BC. Servidores do Banco Central mobilizados contra a PEC 65. Organizados pela Condsef, Sindsep-DF, Sinal, SinTBacen, Anafe e Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, cerca de 250 manifestantes, entre servidores do Banco Central e sindicalistas, participaram na manhã de hoje, 12 de junho, de ato em frente ao Anexo II do Senado Federal pelo arquivamento da PEC 65. Em pauta na CCJ do Senado, a PEC 65 transforma o BC em empresa pública de direito privado, retira conquistas dos servidores, e ataca a soberania nacional ao entregar o Banco Central aos interesses do mercado financeiro. Na sessão de hoje da CCJ, o senador Plínio Valério tentou, mas não conseguiu, ler o seu relatório a favor da PEC 65. A Comissão decidiu realizar uma audiência pública na próxima terça-feira, 18, com dez participantes, sendo 5 a favor e 5 contra. Além das entidades organizadoras, participaram do ato representantes da CUT-DF, Mosap, Sinait, Fenajufe, Sindicato dos Bancários, Fenasps, Sintsef Ceará, Fonacate, entre outras. Em todas as intervenções, os sindicalistas destacaram os efeitos nefastos da PEC. Não à PEC 65, desastre para o país e para os servidores!
- **14/06/2024: Sindsep-DF repudia PL que criminaliza aborto de vítimas de estupro.** Em nota publicada em 14 de junho, o Sindsep-DF se posicionou contra o projeto de lei que prevê prisão de até 20 anos para as vítimas de violência sexual que realizarem aborto, enquanto que pelo atual código penal o crime de estupro tem pena entre 8 e 15 anos de reclusão. Assim, o Sindsep-DF uniu a sua voz a de milhares de brasileiros e brasileiras, movimentos sociais e sindicatos classistas, na luta contra o Projeto de Lei 1.904/2024, que equipara o aborto a um homicídio, impõe um enorme retrocesso ao direito das mulheres vítimas de violência sexual e coloca em risco a vida de milhares de mulheres, especialmente de meninas, visto que, no Brasil, de cada 10 vítimas de estupro, seis são crianças. Defendido principalmente pelos parlamentares do Partido Liberal, o mesmo do ex-presidente Jair Bolsonaro, e da bancada evangélica, o projeto prevê prisão de até 20 anos para as vítimas de violência sexual que realizarem aborto. Vale lembrar que o crime de estupro tem pena entre 8 e 15 anos de reclusão, ou seja, o texto pune com mais rigor as vítimas de estupro do que o criminoso que cometeu a violência sexual. Tramitando em regime de urgência, o PL pode ser votado no plenário da Câmara dos Deputados sem passar por nenhuma comissão, apesar de afetar diversas áreas, como direitos humanos, da mulher, da criança, à saúde e o combate ao racismo, já que as vítimas são, em sua maioria, mulheres e crianças negras. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2023 o número de estupros de vulneráveis chegou a 36,9 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Nos últimos 10 anos, a média de partos de meninas com menos de 14 anos foi de mais de 20 mil por ano, 74,2% das vítimas negras. O agravante é que a maioria das crianças foi estuprada por familiares e outros conhecidos.
- **15/06/2024: Realização de Plenária Nacional Virtual com os servidores da Funai** sobre a Minuta da Portaria Interministerial MPI/MGI que disciplina o regime de trabalho por revezamento de longa duração, no interesse da administração, para as atividades exercidas pelos agentes públicos da Fundação

Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI em territórios indígenas, e sobre a Minuta da Portaria Interministerial MPI/MGI que indica rol taxativo das localidades de exercício por banda para percepção da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista (Gapin), para os fins de que trata a Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, submetidas às entidades sindicais a partir da Mesa Setorial de Negociação Permanente realizada em 07/06/2024 (cf. Memória de Reunião nº 12, SEI nº 6713000).

- **18/06/2024: Audiência pública na CCJ do Senado sobre a PEC 65/2023.** A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023 - que transforma o Banco Central de autarquia em empresa pública de direito privado com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira -, foi tema de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. O debate contou com a participação do diretor Jurídico da Condsef, Edison Cardoni. De autoria do Vanderlan Cardoso (PSD/GO), a PEC 65 retira conquistas dos servidores ativos e aposentados, e ataca a soberania nacional ao entregar o Banco Central aos interesses do mercado financeiro. Organizados pela Condsef e o Sindsep-DF, entre outras entidades, os servidores do Bacen têm realizado diversas manifestações pelo arquivamento da PEC 65. Também participaram da audiência, os ex-presidentes do BC, Henrique Meirelles e Gustavo Loyola; o chefe do Departamento de Estatísticas (DSTAT) do BC, Fernando Alberto Rocha; o economista e ex-presidente do Insper, Marcos de Barros Lisboa; o advogado Marcel Mascarenhas; o procurador do BC, Lademir Gomes da Rocha; e os economistas André Lara Resende, Paulo Nogueira Batista Junior e Pedro Rossi. Na audiência, o diretor da Condsef, Edison Cardoni, falou sobre os riscos que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023 representa para o país e a população brasileira. A PEC transforma o Banco Central de autarquia em empresa pública de direito privado rompendo todo vínculo com a Administração Federal. Em sua intervenção, Cardoni destacou que a discussão neste momento deveria ser sobre a aplicação da Lei Complementar 179 que está há quatro anos em vigor. “Será que é compatível com a Lei Complementar 179 o presidente do Banco Central participar de palestra no exterior sinalizando para onde vai a taxa de juros? Ou então, dar uma declaração, como ele fez em março de 2023, dizendo que a taxa de juros tinha que ir para 26,5% ao ano. Tá conforme a lei 179? Esse é o papel do presidente do Banco Central autônomo?”, questionou.
- **19/06/2024: Direção do Sindsep-DF participa de ato contra o PL que criminaliza aborto de vítimas de estupro.** A direção do Sindsep-DF participou de ato em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados contra o Projeto de Lei 1.904/2024, que equipara o aborto a um homicídio, impõe um enorme retrocesso ao direito das mulheres vítimas de violência sexual e coloca em risco a vida de milhares de mulheres, especialmente de meninas, visto que, no Brasil, de cada 10 vítimas de estupro, seis são crianças. Organizado pelo Movimento “Criança não é Mãe” para exigir dos parlamentares que o PL do estupro seja imediatamente arquivado, o ato conta com apoio e convocação da CUT e da direção do PT/DF.
- **25/06/2024: Sindsep-DF realiza assembleia virtual conjunta com Asibama e Assemma.** Os servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) aprovaram adesão à greve nacional do Meio Ambiente a partir de 1º de julho, em função da posição do governo de encerrar as negociações sem sequer avançar nas discussões para a reestruturação da carreira. Na assembleia, os servidores também elegeram o Comando de Greve do DF e a indicação de nomes para o Comando de Greve Nacional, além de uma Comissão de Mobilização e uma Comissão para diligências no Congresso Nacional pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/2022, que torna o Ibama e o ICMBio instituições permanentes do Estado com características de agências reguladoras. Os servidores também aprovaram a instalação de uma Assembleia Permanente formada pelo Sindsep-DF, Asibama e Assemma. Na avaliação do secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, “a greve foi o último recurso que a categoria lançou mão para sensibilizar o governo para valorizar os trabalhadores na perspectiva de cumprir as promessas de campanha que levou a vitória do presidente Lula em 2022 de proteger o meio ambiente”.

- **25/06/2024: Ofício CONDSEF/FENADSEF nº 238 /2024 (SEI nº 6823376) protocolado na Funai**, com as recomendações relativas à Minuta da Portaria Interministerial MPI/MGI, que disciplina o regime de trabalho por revezamento de longa duração, na Funai, e à Minuta da Portaria Interministerial MPI/MGI que indica rol taxativo das localidades de exercício por banda para percepção da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista (Gapin). A manifestação foi elaborada tendo como base o parecer da assessoria jurídica da CONDSEF (LBS Advogados), de 14/06/2024, bem como as contribuições de servidores e servidoras da Funai em todo Brasil, no âmbito da Plenária nacional virtual realizada em 15/06/2024.
- **26 a 28/06/2024: Eleição suplementar das Seções Sindicais**. Foram eleitos novos delegados para complementar a Seção Sindical da Funai. Além disso, novas cinco Seções Sindicais foram criadas: Banco Central, Enap, FNDE, INMET/MAPA e Ministério das Relações Exteriores (MRE). As Seções Sindicais funcionam como o sindicato no local de trabalho e têm como principal papel combinar as reivindicações específicas de cada setor às lutas gerais do funcionalismo público e da classe trabalhadora como um todo.
- **27/06/2024: Ato Criança não é mãe!** O Sindsep-DF convocou toda a sua base para o ato nacional “Criança não é mãe”, na plataforma superior da rodoviária. O Projeto de Lei 1.904/2024, que equipara o aborto a um homicídio, impõe um enorme retrocesso ao direito das mulheres vítimas de violência sexual, situação agravada pelo fato de que no Brasil, crianças e adolescentes são grande parte das vítimas de estupro. Além do arquivamento do PL que prevê prisão de até 20 anos para as vítimas de violência sexual que realizarem aborto - enquanto que, pelo atual código penal, o crime de estupro tem pena entre 8 e 15 anos de reclusão -, a manifestação também pediu a saída do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, acusado de agressão pela ex-mulher.
- **05/07/2024: Reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente na Funai**. Pauta: Estabelecimento de prioridades – JORNADA DE TRABALHO

(regulamentação do regime de trabalho por revezamento de longa duração, no âmbito da Funai); CARREIRA INDIGENISTA (Regulamentação da GAPIN por bandas; e Regulamentação dos critérios de progressão funcional); PLANO DE SEGURANÇA (Conclusão da revisão, atualização e implementação do PlanSeg, conforme solicitado no documento SEI nº 5588181); CAPACITAÇÃO (Implementação dos procedimentos para concessão de afastamentos para pós-graduação; formação dos novos servidores); ADICIONAIS OCUPACIONAIS (Instrução de Processo para contratação de empresa/profissional habilitado para fornecimento de laudo em segurança do trabalho com vistas à regularização do pagamento dos adicionais ocupacionais (insalubridade/periculosidade) aos trabalhadores da Funai); CONCURSO PÚBLICO (Regulamentação da pontuação por experiência profissional em indigenismo; e Regulamentação das cotas para indígenas; "Extinção" dos cargos específicos); DIÁRIAS (Adoção de providências para propor alterações nos Decretos nº 5.992/2006 e nº 10.193/2019); SITUAÇÃO DO TRABALHO DE PESSOAS INDÍGENAS NA FUNAI (Criação de um Grupo de Trabalho, com participação dos trabalhadores indígenas da instituição, permanentes e temporários, Ministério dos Povos Indígenas, representantes de organizações e associações indígenas, além das entidades sindicais e associativas - Condsef, Sindsep-DF, Ansef e INA, conforme solicitado nos itens e. e f. do documento SEI nº 5473397, para discutir e propor soluções sobre as especificidades, condições e relações de trabalho, problemas de isonomia, formas de contratação e demais temas que possam surgir com referência à pauta.

- **10/07/2024: Solidariedade aos povos indígenas. Sindsep-DF realiza ato contra o marco temporal.** O Sindsep-DF se une aos povos indígenas em ato conjunto com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023, de iniciativa de senadores ruralistas, que busca definir a data de promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, como marco temporal para a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas no Brasil. O ato foi realizado em frente ao Anexo II do Senado Federal, ao mesmo tempo em que acontecia a discussão da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A atividade também contou com a presença do presidente da CUT-DF, Rodrigo Rodrigues, e de representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A discussão foi adiada para outubro, em uma decisão coletiva acertada pelos senadores. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) acatou a proposta do senador Jaques Wagner (PT-BA) de trabalhar a partir de agosto numa solução que concilie as visões dos Três Poderes, Legislativo, Judiciário e Executivo. O Sindsep-DF ressalta que a Constituição reconhece textualmente o direito originário dos povos indígenas sobre terras tradicionalmente ocupadas, sem mencionar nenhum critério de tempo para demarcações. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) já derrubou a inconstitucional tese do marco temporal. O Sindsep-DF seguirá lutando contra toda e qualquer iniciativa da ala reacionária do Congresso Nacional que vise retirar direitos da sociedade brasileira, em particular dos povos indígenas e da classe trabalhadora como um todo.
- **19/07/2024: Posse das novas Seções Sindicais. 26 novos delegados eleitos para oito Seções Sindicais tomaram posse. A eleição suplementar das Seções Sindicais,** realizada de 26 a 28 de junho, resultou em cinco novas Seções

Sindicais: Banco Central, Enap, FNDE, INMET/MAPA e Ministério das Relações Exteriores (MRE). Também foram eleitos novos delegados para três Seções já existentes: Funai, Ministério da Cultura (MinC) e órgãos vinculados e Ministério da Educação (MEC).

- **05/08/2024: SOLIDARIEDADE aos Povos Indígenas**. O Sindsep-DF convocou os servidores federais, entidades e dirigentes sindicais a apoiarem a mobilização dos povos indígenas contra o marco temporal, nesta segunda-feira, 5 de agosto, na Praça dos Três Poderes. O ato teve início após a primeira reunião da Câmara de Conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF) que discute a Lei do Genocídio Indígena (Lei 14.701/2023). O Sindsep-DF, em solidariedade de classe, mais uma vez manifesta seu apoio ao movimento indígena, reconhecendo o direito originário dos povos indígenas sobre terras tradicionalmente ocupadas, sem que seja adotado qualquer critério de tempo para a sua demarcação. Vale destacar que em 21 de setembro do ano passado, o STF derrubou por 9 votos a 2 a inconstitucional tese do marco temporal, mas em uma tentativa de fazer valer a tese a qualquer custo e ignorando a decisão do STF, o Congresso reacionário promulgou a Lei do Genocídio Indígena. Além disso, o Senado busca inserir o marco temporal na Constituição, por meio da PEC 48, a chamada PEC da Morte. Numa decisão arbitrária, o ministro Gilmar Mendes encaminhou o julgamento da ADI relacionada à lei a uma Câmara de Conciliação, contrariando, inclusive, a decisão previamente assumida pelo próprio STF. Diante de todos estes fatos, o Sindsep-DF e a Condsef reafirmam sua solidariedade aos povos indígenas. As entidades destacam que a tese do marco temporal é uma criação da bancada ruralista, sem qualquer relação com a intenção do legislador de 1988. Ou seja, trata-se de uma tese política que precisa ser derrotada politicamente, com o povo na rua, em apoio total e irrestrito aos povos indígenas e aos seus direitos fundamentais.
- **09/08/2024: No Dia Internacional dos Povos Indígenas**, 9 de agosto, o Sindsep-DF reafirmou seu apoio aos movimentos indígenas brasileiros, em defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas, sem a adoção de qualquer critério de tempo para serem devidamente reconhecidos pelo Estado brasileiro e por todos os segmentos da nossa sociedade. O sindicato reforça a posição de que os direitos indígenas não são negociáveis e que, portanto, não existe conciliação nem acordo possível entre os detentores de um direito fundamental e aqueles que o violam. Neste sentido, o sindicato une sua voz a dos povos originários no enfrentamento de todos os entraves políticos e institucionais existentes para que os direitos de todos os segmentos sociais sejam levados em conta, em especial os direitos territoriais dos povos indígenas, que correspondem a uma parcela significativamente vulnerabilizada da população, vítima de intensos processos de genocídio documentados ao longo da história. Não ao Marco Temporal! Direitos não se negociam! Demarcação já!
- **12/08/2024: Assinatura do Termo de Acordo da Carreira Ambiental**. Após decisão da maioria dos servidores da Área Ambiental em todo o Brasil ser informada ao governo, a Condsef/Fenadsef e a Ascema Nacional assinaram o termo de acordo autorizado pela categoria, junto ao MGI. A íntegra do termo de acordo com as tabelas salariais está disponível no site da Condsef. O acordo assegura reestruturação remuneratória em duas etapas, sendo a primeira em

janeiro de 2025 e a segunda em abril de 2026. Há reposicionamento dos servidores nos padrões atualmente ocupados, conforme detalhado no termo. Pelo acordo, será constituído ainda um grupo de trabalho (GT), com participação do MGI e MMA, previsto para novembro de 2024, com prazo de 120 dias, para avaliar se a carreira se enquadra nos requisitos de que trata a lei para percepção de indenização de fronteira e a viabilidade da criação de adicional de risco. Com a assinatura do termo, servidores concordaram em encerrar a greve que teve início em 24 de junho e foi intensificada a partir de 1º de julho, chegando a alcançar 23 estados e o DF. Apesar dos obstáculos, os servidores da Área Ambiental foram firmes na luta por valorização e devem continuar construindo e fortalecendo a unidade para seguir buscando novos avanços. “O processo de negociações muito raramente traz todas as respostas às demandas da classe trabalhadora, mas sem mobilização e luta, sabemos historicamente que os avanços e a conquista de direitos são impossíveis. Portanto, seguiremos como sempre na defesa da valorização dos servidores e dos serviços públicos”, reforçou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. Assim como os demais acordos firmados até o momento, os termos assinados no MGI devem ser encaminhados ao Congresso Nacional, por meio de Projeto de Lei.

- **26/08/2024: Nota de solidariedade.** O Sindsep-DF se solidariza com os familiares e trabalhadores do Ibama pelo falecimento do brigadista Uellinton Lopes dos Santos, de 39 anos. Pertencente ao quadro de brigadistas do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo) do Ibama em Brasília, ele trabalhava no combate aos incêndios florestais na Terra Indígena Capoto/Jarina, em São José do Xingu (MT). O Sindsep-DF cobra das autoridades a investigação e a punição dos autores e mandantes dos incêndios criminosos que se espalham por terras indígenas e áreas de proteção ambiental por todo o país.
- **28/08/2024: O Sindsep-DF celebra 37 anos** de uma história marcada por muitas lutas e inúmeras conquistas para o conjunto dos trabalhadores do setor público que integram o Executivo Federal. Fundado em 28 de agosto de 1987, antes mesmo de promulgada a Constituição Federal que consolidou o direito dos servidores à livre associação sindical, é o primeiro sindicato geral de servidores públicos do país. A entidade divide a data de aniversário com a CUT e a Condsef, que completam 41 e 34 anos, respectivamente. Ao longo desses 37 anos, o Sindsep-DF não apenas testemunhou como participou ativamente de momentos históricos do país. Ainda em 1987, o sindicato fez parte do processo constituinte organizando os servidores no sentido de garantir na Constituição conquistas importantíssimas e até então inéditas para o funcionalismo público, como por exemplo o direito à greve e à sindicalização, concurso público, estabilidade no emprego, Regime Jurídico Único, que deu origem à lei 8.112, e a aposentadoria por tempo de serviço. A entidade também foi protagonista em momentos históricos do país, como no impeachment do presidente Collor e na eleição do primeiro presidente operário do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Já na história recente do país, o Sindsep-DF foi um dos primeiros sindicatos a alertar os trabalhadores sobre o golpe de Estado que culminou com a saída da presidente legitimamente eleita, Dilma Rousseff; seguida da criminalização dos movimentos sociais e sindicais, da prisão do presidente Lula, e da retirada de direitos da classe trabalhadora através da Reforma Trabalhista (Lei

13.467/2017), da terceirização sem limites (Lei 13.429/2017), e da Reforma da Previdência (EC 103/2019). Além disso, ao lado da CUT, da Condsef e demais sindicatos filiados, o Sindsep-DF teve uma atuação marcante em defesa da classe trabalhadora durante o governo genocida de Bolsonaro.

- **28/08/2024: Solidariedade ao movimento indígena! Não ao Marco Temporal!** Na tarde de hoje, 28, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) deixou a Câmara de Conciliação do Supremo Tribunal Federal que discute a Lei do Genocídio Indígena (Lei 14.701/2023), durante a segunda audiência relativa ao tema. A decisão foi tomada após o STF não atender às condições de participação do movimento indígena organizado, em particular a suspensão da Lei 14.701/2023. Vale lembrar que, em setembro de 2023, o STF já decidiu que *o chamado marco temporal é inconstitucional* e que, portanto, não pode ser utilizado para definir a ocupação tradicional da terra pelas comunidades indígenas. A Apib afirma que os povos indígenas não irão negociar o marco temporal e outras violações contra os direitos indígenas, já garantidos no ordenamento jurídico nacional e internacional, e reivindica que a Câmara de Conciliação seja encerrada. Reafirmamos, nesse contexto, nossa total e irrestrita solidariedade aos movimentos indígenas no País, em defesa de seus direitos territoriais, que não dependem da adoção de qualquer critério de tempo para serem devidamente reconhecidos pelo Estado brasileiro e por todos os segmentos da nossa sociedade. Para o Sindsep-DF, *os direitos dos povos indígenas são inegociáveis* ! Não existe, portanto, conciliação nem acordo possível entre os detentores de um direito fundamental e aqueles que o violam. Seguiremos em luta contra toda e qualquer iniciativa da ala reacionária do Congresso Nacional que vise retirar direitos da sociedade brasileira, em particular dos povos indígenas e da classe trabalhadora como um todo.
- **29/08/2024: Delegação com mais de cem servidores participa da abertura do XVIII Congresso do Sindsep-DF.** No dia 29/08/2024, teve início o XVIII Congresso do Sindsep-DF, realizado no CNTI, em Luziânia/GO, com a participação de mais de cem delegados eleitos em assembleias por local de trabalho, de observadores e da diretoria Executiva do sindicato. Com o tema “Construir a unidade para combater as distorções salariais!”, o congresso teve como principal desafio apontar caminhos para vencer a política adotada pelo governo que, em uma conjuntura de captura do orçamento da União, aponta para uma visão de Estado cada vez mais elitista e conciliadora com o capital financeiro. Compuseram a mesa de abertura Oton Pereira Neves, secretário-geral do Sindsep-DF; Antônia Ferreira da Silva, coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora; Mônica Carneiro, diretora da Executiva da Condsef; Ismael César, membro da Executiva Nacional da CUT; e Cleber Soares, secretário de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT-DF.
- **30/08/2024: XVIII Congresso do Sindsep-DF:** no segundo dia teve balanço das negociações salariais e debate sobre as diretrizes dos planos de carreira. Antes de iniciar o debate, o secretário-geral Oton Pereira Neves e os diretores Reinaldo Felipe e Alexandre Correia apresentaram a tese unitária do congresso, construída em consenso pela direção do Sindsep-DF (disponível no site). Em seguida, o economista Max Leno, da Subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef, apresentou um balanço das negociações salariais de 2024/2025, marcada por profunda

distorção entre os índices de ganho salarial real previstos para o período do governo Lula entre os servidores federais. A segunda palestrante do dia foi a diretora do Sindsep-DF e da Condsef/Fenadsef Mônica Carneiro, que apresentou um comparativo entre a proposta de Diretrizes dos Planos de Carreira que compõe a tese de orientação política do Congresso, em relação com a Portaria 5.127/2024 do MGI, que inicia o processo de institucionalização dos problemas detectados durante a negociação salarial. A última apresentação foi feita pelos diretores da Condsef/Fenadsef Pedro Armengol e Edison Cardoni. Em sua exposição, Armengol falou sobre os riscos de os servidores lutarem para transformar suas carreiras em “carreira típica de Estado”, visto que, além de o próprio governo não querer incluir o conjunto do funcionalismo nessa “categoria”, essa visão ainda contribui para fragmentar a luta dos servidores. Cardoni ressaltou que a crise sem saída do capitalismo arrasta o mundo para a barbárie, em uma disputa por mercado e matérias-primas que provoca guerras e genocídio, a exemplo do que ocorre hoje com o povo Palestino.

- **04/09/2024: Funai: servidores defendem manutenção da paridade remuneratória entre as carreiras do órgão.** A direção do Sindsep-DF e a coordenação da Seção Sindical da entidade na Funai reuniram-se com servidores integrantes do Plano Especial de Cargos (PECFunai) para tratar da cláusula do acordo celebrado em 2023 junto ao governo, que garante equiparação salarial com a carreira dos servidores do meio ambiente. Os servidores reivindicaram que o Sindsep-DF trabalhe pela manutenção da paridade remuneratória conquistada na negociação da mesa específica e temporária da Funai, que manteve idênticas as remunerações da Carreira Indigenista, do PECFunai e do quadro suplementar. Como encaminhamentos da reunião, ficou acordado que o Sindsep-DF irá realizar uma avaliação jurídica para averiguar a viabilidade de demandar a incorporação dos cargos de nível superior do PECFunai à Carreira Indigenista; que o Sindsep-DF seguirá buscando negociar, junto ao MGI, como reivindicação prioritária, a manutenção da paridade remuneratória entre a Carreira Indigenista, o PECFunai e o quadro suplementar; que o Sindsep-DF irá cobrar do MGI e da gestão da Funai o encaminhamento da proposta de regulamentação sobre as regras de promoção e progressão funcional; além de seguir pautando as especificidades do PECFunai no processo de negociação com o governo.
- **06/09/2024: Reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente na Funai.** Pauta: Apresentação da minuta da portaria do PGD; Regulamentação dos critérios de progressão funcional.
- **19/09/2024: XVIII Congresso: Sindsep-DF divulga Caderno de Resoluções.** Realizado de 29 a 31 de agosto de 2024, no CNTI, em Luziânia/GO, o XVIII Congresso do Sindsep-DF contou com 123 participantes, representando 31 setores do funcionalismo público, que analisaram as conjunturas internacional e nacional e seus impactos na luta da classe trabalhadora. Os delegados também debateram temas como a independência sindical e a luta pelas reivindicações da categoria, analisaram os resultados do ciclo de negociações e aprovaram uma proposta de diretrizes para a criação, estruturação e reestruturação de planos de carreira. Entre as deliberações do XVIII Congresso está a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado da “Carta aberta ao presidente Lula”, que integra a tese

unitária “Construir a unidade para combater as distorções salariais!”, que norteou os debates dos congressistas. A tese foi aprovada por unanimidade na plenária final do Congresso, juntamente com quatro moções.

- **23/09/2024: Vitória: servidores da Funai garantem paridade remuneratória entre as carreiras do órgão.** Em assembleia virtual do Sindsep-DF na manhã de hoje (23), os servidores da Funai lotados no DF aprovaram por unanimidade proposta do governo que garante reajuste linear idêntico à Carreira Indigenista, PEC e Quadro suplementar, abarcando servidores ativos, aposentados e pensionistas, dos níveis auxiliar, intermediário e superior. Diretora da Executiva do Sindsep-DF e servidora da Funai, Mônica Carneiro, destaca que esta é uma grande vitória da categoria, conquistada ainda nas negociações da Mesa Específica e Temporária da Funai que levaram à criação da Carreira Indigenista e que, graças à mobilização e unidade dos servidores, será mantida nos próximos reajustes previstos para janeiro de 2025 e maio de 2026. O secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, ressalta que a paridade remuneratória é a linha política discutida e aprovada nas resoluções do XVIII Congresso do Sindsep-DF, realizado de 29 a 31 de agosto, que teve como tema “Construir a unidade para combater as distorções salariais!”. “O exemplo dos servidores da Funai deve ser seguido pelos demais setores do funcionalismo público. É muito importante mantermos a unidade e seguir lutando para que a paridade remuneratória seja uma realidade também em outras carreiras”, afirmou.
- **26/09/2024: Sindsep-DF visita aldeia indígena afetada pelas queimadas.** O secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, e a diretora Maria Lícia Moraes Braga, indígena da etnia Xerente, visitaram na manhã de 26/09/2024 a aldeia indígena Teko Haw, da etnia Guajajara, localizada no Setor Noroeste, que foi bastante afetada por incêndios criminosos na área. O cacique Francisco Guajajara e sua esposa Deudeste explicaram que o fogo atingiu a instalação hidráulica que garantia o abastecimento de água potável na aldeia. Foram cerca de mil metros de canos de PVC queimados. Neves assumiu o compromisso de buscar viabilizar a instalação de um novo encanamento para que a aldeia retome o abastecimento de água. A diretora Maria Lícia já havia visitado a aldeia na sexta-feira, dia 20, quando fez uma caminhada pela área que teve a vegetação nativa destruída pelo fogo. Cerca de 50 famílias vivem na aldeia, que não conta com serviços públicos. As casas são construídas com técnicas tradicionais da cultura Tenetehara, usando barro batido, madeira e bambu. Os indígenas também mantêm a tradição de roça da sua etnia, e plantam milho, mandioca e fava, em meio a árvores nativas como pequi, araticum e outras, para a própria subsistência. Para garantir os direitos dos indígenas, o sindicato também vai provocar os órgãos federais e o GDF para que a aldeia Teko Haw tenha acesso a políticas públicas específicas, diferenciadas, comunitárias e de qualidade, a exemplo da educação escolar indígena, saúde e proteção social.
- **26/09/2024: A Condsef/Fenadsef assina o Aditivo ao Termo de Acordo n. 02/2023, referente à criação da Carreira Indigenista, do Plano Especial de Cargos e do Quadro Suplementar da Funai.** O aditivo consolida uma grande vitória da unidade política da categoria, resultado de um processo de construção, organização e mobilização que se intensificou com a greve de junho de 2022, organizada para enfrentar a política anti-indígena que a extrema direita tentou

implementar no País. Na avaliação da diretora do Sindsep-DF e da Condsef/Fenadsef e servidora da Funai, Mônica Carneiro, este acordo representa, ainda, um importante ponto de apoio para os demais setores do funcionalismo seguirem enfrentando a política salarial do MGI, que tem promovido uma ampla fragmentação da categoria, elitizado o Estado e aprofundado as distorções salariais que o governo se comprometeu a combater. "Conseguimos, com a aprovação dessa proposta, garantir a manutenção da paridade remuneratória entre os servidores de distintos enquadramentos funcionais dentro da instituição, combatendo a visão de Estado atualmente imposta que diferenciou, na grande maioria das negociações, servidores em níveis salariais que variaram de acordo com a faixa etária, o nível de escolaridade e uma visão sobre "complexidade" de atribuições. Os servidores da Funai foram firmes contra essa política do "todos contra todos", e o aditivo consolidou essa unidade política", afirmou Carneiro.

- **03/10/2024: Em defesa de mais e melhores serviços públicos: não à reforma administrativa!** A retomada da campanha em prol da reforma administrativa (PEC 32/2020) coloca os serviços públicos de qualidade e acessíveis a toda a população mais uma vez sob ataque, bem como os direitos e conquistas dos servidores públicos. Recentemente, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) – entidade patronal – publicou um manifesto em favor da reforma administrativa, ressaltando que também apoiou as reformas previdenciária e trabalhista – que retiraram direitos da classe trabalhadora, aumentaram a precarização nos locais de trabalho, aprofundaram as desigualdades sociais e trouxeram amplos prejuízos aos trabalhadores com a redução dos valores dos benefícios do INSS, ampliação dos requisitos mínimos para solicitar a aposentadoria, entre outros. Mais do mesmo, a reforma administrativa – apresentada por seus defensores como uma saída para destravar a economia do Brasil, reduzindo os ‘gastos’ do Estado com o funcionalismo público – é, na verdade, mais uma forma que o Capital encontrou para lucrar com o Estado. A PEC 32 – reforma proposta por Bolsonaro e Guedes – abre as portas do serviço público para a terceirização e a privatização sem limites, e ainda coloca fim à estabilidade dos servidores, o que compromete a capacidade do servidor de cumprir ordens de caráter político em defesa do interesse público ou, até mesmo, de resistir à corrupção imposta por chefias ou políticos que estiverem no poder.
- **04/10/2024: Sindsep-DF é signatário da Carta Manifesto dos 1000 pela revogação das reformas trabalhista, da previdência e da lei das terceirizações.** Por decisão unânime, a Diretoria Executiva do Sindsep-DF, reunida no dia 19 de setembro, aprovou aderir à Carta Manifesto dos 1000 que pede a revogação das contrarreformas da previdência e trabalhista e da lei das terceirizações. O manifesto, aprovado em plenária virtual das entidades sindicais filiadas à CUT, integra as ações da mobilização nacional para pressionar o governo a revogar as reformas antipovo que reduziram salários, retiraram direitos e atacaram as aposentadorias e pensões. A proposta é que o manifesto seja subscrito por mil lideranças sindicais de todo o Brasil.
- **08/10/2024: Sindsep-DF faz doação a aldeia indígena afetada por queimadas criminosas.** O Sindsep-DF entregou em 08/10/2024 a doação de mil

metros de cano PVC a aldeia indígena Teko Haw, da etnia Guajajara, localizada no Setor Noroeste, que teve seu abastecimento de água potável afetado por incêndios criminosos na região. A aldeia foi visitada pelo secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, e a diretora Maria Lícia Moraes Braga, indígena do povo Xerente, no dia 26 de setembro. Cerca de 50 famílias vivem na aldeia, que não conta com serviços públicos. As casas são construídas com técnicas tradicionais da cultura Tenetehara, usando barro batido, madeira e bambu. Os indígenas também mantêm a tradição de roça da sua etnia, e plantam milho, mandioca e fava, em meio a árvores nativas como pequi, araticum e outras, para a própria subsistência. Para além da doação, o Sindsep-DF também tem envidado esforços junto aos órgãos federais e do GDF para garantir os direitos dos indígenas que vivem na aldeia Teko Haw de ter acesso à políticas públicas específicas, diferenciadas, comunitárias e de qualidade, a exemplo da educação escolar indígena, saúde e proteção social.

- **15/10/2024: Seminário: “Não à PEC 65/2023, Sim ao BC que o Brasil precisa”**. Patrocinado pelo Sindsep-DF (filial à Condsef), Sinal Nacional, Sintbacen e Anafe, foi realizado, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados – Brasília DF, Seminário “Não à PEC 65, Sim ao BC que o Brasil precisa!”. A PEC 65 pretende transformar o BC numa empresa pública de direito privado e corta todo vínculo com a Administração Pública Federal. O ciclo de painéis teve a participação da professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná Larissa Dornelas, do professor da Universidade de Brasília José Luís Oreiro e do advogado José Hailton Lages Jr. Deputados, senadores e lideranças de entidades representativas do funcionalismo também estarão presentes na atividade, que tem o apoio da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. A atividade reuniu aproximadamente 250 pessoas e foi marcada por debates técnicos sobre a PEC 65, que busca modificar o regime jurídico do Banco Central (BC), criando uma instituição inexistente em nosso ordenamento jurídico que, segundo os especialistas convidados, traria profundas consequências negativas para a política monetária e a autonomia fiscal, além de prejuízos aos servidores públicos. O evento reuniu representantes sindicais, economistas e juristas com críticas contundentes à proposta. A deputada federal @erikakokay (PT-DF) reafirmou que o Banco Central é uma instituição de Estado e que a PEC visa submetê-lo aos interesses do mercado financeiro, colocando em risco a independência que deveria existir na formulação de políticas monetárias voltadas ao interesse público. A @cutbrasil, representada por Pedro Armengol, destacou que a PEC 65 não é apenas um ataque aos servidores do Banco Central, mas ao povo brasileiro como um todo, com potencial para agravar as desigualdades sociais ao colocar o Banco Central ainda mais a serviço dos interesses financeiros. O evento reafirmou a oposição ampla à PEC 65, devido aos grandes retrocessos trazidos ao país. Além das inseguranças jurídicas trazidas aos servidores, a medida apresenta diversos equívocos conceituais e reduzirá a capacidade de controle e regulação do Estado sobre o sistema financeiro e prejudicará ainda mais execução das políticas monetária e fiscal.
- **18/10/2024: Sindsep-DF se reúne com Funai para tratar de direitos da aldeia indígena Teko Haw**. Na manhã de sexta-feira (18), representantes do Sindsep-DF e da etnia Guajajara se reuniram com a Direção da Funai para tratar

de políticas públicas específicas, diferenciadas, comunitárias e de qualidade que possam garantir educação escolar, saúde e proteção social para as 50 famílias da aldeia indígena Teko Haw, localizada no setor Noroeste, em Brasília-DF. Após o cacique Francisco Guajajara apresentar os desafios enfrentados pela comunidade, foi debatida a responsabilidade do Governo do Distrito Federal pelas políticas de proteção social à aldeia, com destaque para a regularização fundiária. Para garantir os direitos dos indígenas, foram listadas e debatidas as necessidades prioritárias, com o intuito de delinear metas e próximos passos: - Intermediar junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde, a garantia de diversidade de atendimentos de saúde e saneamento básico junto à aldeia, aproveitando essa articulação para solicitar que a SESAI articule com o GDF o atendimento a questões emergenciais, envolvendo a secretaria de saúde do GDF; - Encaminhar à Terracap/Novacap questionamentos sobre a regularização fundiária da aldeia indígena Teko Haw, pois trata-se de um eixo estruturante de diversas políticas públicas indigenistas; - Buscar diálogo com o GDF para que os indígenas, em respeito às suas singularidades culturais, tenham atendimento tanto pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), quanto pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); O Assessor da Presidência da Funai, Martinho Alves de Andrade Júnior, se comprometeu a comunicar a Ouvidoria da Fundação para que participe das articulações, a fim de que possa garantir o fluxo das demandas.

- **23/10/2024: Seminários de diretrizes para os planos de carreira.** Como parte das resoluções do XVIII Congresso, o Sindsep-DF realizou na Funai e no Ibama, dias 23 e 24 de outubro, respectivamente, o seminário de Diretrizes para os Planos de Carreira. O objetivo da atividade foi esclarecer e divulgar aos servidores filiados ou não ao sindicato a proposta de diretrizes aprovada no plenário do Congresso do Sindsep-DF, que tem como pontos centrais a correção das distorções salariais e a igualdade de direitos entre os servidores. A proposta vai na contramão do projeto de diretrizes defendido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) que elitiza o Estado, aprofunda as distorções salariais e promove a fragmentação dos servidores. Seminário dos Servidores da Funai debate conjuntura política e reformas estruturais no serviço público. Entre os principais temas presentes na análise da conjuntura política, realizada pelo diretor jurídico da Condsef, Edison Cardoni, esteve a situação do genocídio contra o povo palestino e a necessidade de fortalecer a reação de solidariedade da classe trabalhadora a partir de sua posição histórica de luta contra a guerra. Cardoni também ressaltou a posição de independência política do movimento sindical frente ao governo Lula, o que se materializa na firme defesa das reivindicações dos servidores, em contraste com as pressões promovidas pelo mercado financeiro e suas exigências de austeridade, às quais o governo tenta se acomodar em vez de romper. Aline Maciel e Mônica Carneiro, sindicalistas e servidoras da Funai, reforçaram, em suas intervenções, as diferenças observadas entre a visão de Estado implementada pelo MGI ao longo dos processos de negociação salarial, centrada na defesa da tecnocracia e em um processo crescente de elitização; e a posição desenvolvida pelos sindicatos gerais, cujas balizas encontram-se alicerçadas na democratização do acesso ao serviço público aos filhos e filhas da classe trabalhadora, e no combate à formação de castas dentro do Estado. Na visão do Sindsep-DF, destacaram, o

Estado deve servir ao interesse coletivo, o que demanda a construção de reformas que rompam com o modelo de estado mínimo proposto pelo capital financeiro, e não reformas de adaptação e subordinação a suas premissas.

- **24/10/2024: Sindsep-DF participa de ato unificado contra a PEC 66 e o confisco das aposentadorias.** O Sindsep-DF participou de ato convocado por entidades nacionais do funcionalismo que lutam pelo fim do confisco das aposentadorias, que tem julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), e contra a PEC 66/2023, que trata de mudanças que afetam diretamente os servidores públicos e seus regimes previdenciários. Em síntese, a PEC 66/2023 impõe a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes (EC 103/2019) a estados e municípios. Ao buscar a unificação das regras previdenciárias em nível nacional, obriga estes entes a seguirem os mesmos parâmetros da reforma aplicada aos servidores federais, estabelecidos em 2019. A medida busca flexibilizar as regras de estabilidade, ampliar a contratação temporária de servidores, além de prever a possibilidade de revisar benefícios e planos de cargos e salários. Se um município não fizer as reformas necessárias dentro de 18 meses após a promulgação da PEC, as regras federais de previdência, que incluem ainda aumento da idade mínima para aposentadoria, serão automaticamente aplicadas. Além disso, as alíquotas de contribuição podem ser aumentadas, o que impacta diretamente os servidores públicos, que poderão ter menores benefícios ao se aposentar e um tempo maior de contribuição. Já o julgamento sobre o confisco das aposentadorias no Supremo Tribunal Federal (STF) refere-se à constitucionalidade das alíquotas progressivas de contribuição previdenciária que passaram a ser aplicadas aos servidores públicos com a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes. O aumento das alíquotas, que podem chegar a 22%, representa um confisco dos benefícios previdenciários, uma vez que reduz o valor líquido recebido pelos servidores aposentados. A reforma impõe uma carga tributária desproporcional sobre esses trabalhadores, o que viola princípios constitucionais, como o direito ao salário digno, a irredutibilidade dos proventos e a proteção à aposentadoria prevista na Constituição. Trata-se de uma grave violação do direito adquirido e da dignidade de quem dedicou toda uma vida a servir a população brasileira.
- **30/10/2024: O Sindsep-DF convoca toda sua base para participar das atividades de mobilização convocadas pela @apiboficial**, em conjunto com suas organizações regionais de base, pelo arquivamento definitivo das Propostas de Emenda à Constituição que desconstitucionalizam os direitos indígenas e pela declaração imediata da inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023 pelo STF. Em Brasília, as lideranças indígenas marcharam e entregaram uma carta aos Três Poderes do Estado Brasileiro. A Condsef/Fenadsef e o Sindsep-DF participaram da marcha convocada pela @apiboficial, em conjunto com suas organizações regionais de base, pelo arquivamento definitivo das Propostas de Emenda à Constituição que desconstitucionalizam os direitos indígenas e pela declaração imediata da inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023 pelo STF. O ato ocupou a Esplanada dos Ministérios, e se encerrou em frente ao Congresso Nacional. A luta contra o marco temporal, em particular contra a votação da PEC da morte (PEC 48/2023), estiveram no centro das atividades. Secretária de Comunicação da Condsef/Fenadsef e do Sindsep-DF, além de servidora da Funai, Mônica Carneiro publicou um artigo que relaciona a defesa dos direitos dos povos

indígenas à defesa dos direitos de toda a população trabalhadora brasileira. "Sob o manto da pacificação de conflitos", afirma, "não é razoável nem ético nem politicamente aceitável legitimar as grilagens e expulsões realizadas durante diversos períodos de espoliação". E conclui: "O modelo econômico que se apoia na concentração fundiária e na exploração predatória da natureza beneficia apenas os grandes proprietários e as corporações transnacionais. Enquanto isso, a maioria da população trabalhadora sofre com o desmonte das políticas públicas e com o avanço da precarização, em um contexto fiscal extremamente restritivo, em que o gasto social é submetido aos interesses do capital financeiro que impõe o cumprimento de metas fiscais rigorosas. A defesa dos direitos dos povos indígenas é a defesa dos direitos da classe trabalhadora brasileira".

- **01/11/2024: Reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente na Funai.** Pauta: Progressão Funcional; Plano de Segurança; PGD. Memória de Reunião nº 15 (SEI nº 7680454).

- **11/11/2024: Ofício Conjunto CONDSEF-FENADSEF/SINDSEP-DF/ANSEF/INA nº 03/2024 (7736402) protocolado na Funai.** Em reiteração ao Ofício Condsef/Fenadsef nº 162/2023 (5588181), de 20/06/2023, solicitamos informações quanto à revisão necessária do Plano de Segurança – PLANSEG/FUNAI, elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 870/PRES, de 29 de julho de 2020, alterada pela Portaria nº 1.146/PRES, de 23 de outubro de 2020, e posterior consulta pública ampla aos servidores e servidoras da Funai, incluindo aqueles em exercício nas unidades descentralizadas (CRs, CTLs, FPEs e BAPes), para que apresentem contribuições e adequações ao produto, bem como possam dispor de prazo adequado para testar a ferramenta antes de sua obrigatoriedade. Ressaltamos a necessidade de urgência na implementação do “Plano de Segurança para os servidores da Funai”, com o objetivo garantir condições de trabalho e segurança aos servidores e servidoras da Funai, aspecto fundamental para o devido cumprimento da missão institucional e a implementação qualificada das políticas públicas voltadas aos povos indígenas, ao que solicitamos prazo para sua aplicação experimental, após necessária revisão e consulta ampla aos servidores da Funai.

- **13/11/2024: Entidades do funcionalismo assinam carta “Serviço público não é gasto, e sim investimento”.** A CUT, em conjunto a Condsef/Fenadsef, Confetam, Fenasepe, CNTE, CNTSS, Sinagências e Proifes, que compõem a Aliança das Três Esferas, assinaram o manifesto “Serviço público não é gasto, e sim investimento” que foi distribuído no G20 Social que aconteceu entre os dias 14 e 16 na cidade do Rio de Janeiro. As entidades também realizaram no dia 14 a oficina “A importância do serviço público para a inclusão social”. Essa foi a primeira vez na história da Cúpula de Líderes do G20 em que uma Cúpula Social foi realizada ouvindo vozes de representantes da sociedade civil organizada, das economias mais potentes do mundo. O documento explica a importância do serviço público para o desenvolvimento social e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, e elenca algumas áreas de atuação, tais como: acesso universal a direitos básicos; promoção do bem-estar social; desenvolvimento econômico sustentável; coesão social e participação cidadã; resposta a crises e

emergências; estabilidade política e social. O texto encerra ressaltando que o serviço público não é apenas um mecanismo de gestão administrativa, mas um instrumento poderoso para promover o desenvolvimento social, garantir a justiça e construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

- **18/11/2024: Sindsep-DF celebra convênio com o Sesc-DF.** Os filiados do Sindsep-DF que estiverem em dia com sua mensalidade podem ter acesso a serviços de saúde, cultura, esporte e lazer do Sesc, na condição de conveniado. O sindicato celebrou a parceria com o Sesc Distrito Federal na quinta-feira, dia 14/11/2024. O benefício é extensivo aos dependentes de filiados. Para se credenciar, o filiado deverá apresentar, em uma das unidades do Sesc-DF, um ofício emitido pela Secretaria de Filiação do Sindsep-DF acompanhado de cópia de documentos pessoais. O ofício deverá ser retirado na sede do sindicato (SBS, Quadra 1, Bloco K, Ed. Seguradoras, 16º andar) e terá validade de 30 dias a contar da data de expedição. Cada conveniado titular deverá pagar ao Sesc uma mensalidade de R\$ 26,00 (valor sujeito a atualização em 2025). Os dependentes não pagam mensalidade. O primeiro pagamento deverá ser realizado no ato do credenciamento e as próximas mensalidades ficarão disponíveis no site do Sesc-DF. A adesão ao convênio tem renovação anual, sendo necessário que, ao fim deste período, o filiado solicite nova emissão de ofício e reapresente a documentação em uma unidade do Sesc-DF. Os filiados credenciados poderão usufruir das atividades, estruturas e serviços do Sesc-DF, de acordo com os valores previstos na tabela para conveniado, além de poder utilizar o clube e outras áreas de lazer. O Sesc-DF possui oito unidades: Ceilândia, Guará, Gama, Setor Comercial Sul, Taguatinga Sul, Taguatinga Norte, 504 Sul e 913 Sul. Mais informações podem ser obtidas na Secretaria de Filiação ou através do e-mail filiacao@sindsep-df.com.br.
- **22/11/2024: Funai: sindicato esclarece situação da ação para correção das parcelas pra quem fez acordo dos 28,86%.** Em reunião na sede do Sindsep-DF, na última 14 de novembro, a assessoria jurídica do Sindsep-DF esclareceu a servidores da Funai a situação da ação dos 28,86% para quem recebeu em parcelas mediante acordo com o governo FHC. De acordo com o advogado Dr. Matheus Coelho, o juiz da 14ª Vara Federal do DF decidiu, de maneira arbitrária, conceder o direito para apenas os quatro servidores citados inicialmente no processo que, atualmente, conta com 52 beneficiários. Ele explicou que a decisão não é final e o sindicato já recorreu para garantir o pagamento da correção das parcelas para quem fez acordo dos 28,86% a todos os servidores listados no processo. O secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, informou que, caso o sindicato não tenha êxito na inclusão dos 48 servidores da Funai, aqueles filiados que não possuem outras ações em andamento, podem solicitar junto à Secretaria de Filiação o cancelamento de sua filiação. “O sindicato vai ressarcir o valor pago ao longo do período que estes servidores estiveram filiados ao sindicato única e exclusivamente em função desta ação”, afirmou Neves. Ele lembra ainda que o Sindsep-DF é um sindicato geral classista que tem o papel de lutar pelos direitos e conquistas dos servidores e empregados públicos do Executivo Federal, unindo as reivindicações específicas da categoria às demandas gerais da classe trabalhadora. É a filiação ao Sindsep-DF que garante os recursos usados para as atividades de organização e mobilização dos setores, como atos, vigílias, marchas, greves e outras. “Foi graças a unidade

dos trabalhadores do setor público, organizados pelos sindicatos gerais, que conquistamos vitórias importantes como o RJU, a estabilidade no emprego e outros e, mais recentemente, conquistamos os reajustes de 2023 e os acordados para 2025 e 2026. É com essa organização que avançaremos na luta contra as distorções salariais e a fragmentação e elitização dos servidores. Sigamos na luta!”, concluiu.

- **25/11/2024: Lançamento do Formulário online para atualização da pauta de reivindicações dos servidores da Funai.** Como encaminhamento da [Assembleia Geral das/os Servidoras/es da Funai realizada em 02/04/2024](#) pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF), foi disponibilizada ferramenta online para atualização da pauta de reivindicações (gerais e específicas) e estabelecimento de prioridades, junto ao conjunto dos servidores da Funai, com o objetivo de orientar a construção do Plano de Lutas para o ano de 2025.
- **05/12/2024: Pelo fim da escala 6×1 e solidariedade aos trabalhadores da PepsiCo.** O Sindsep-DF manifesta seu total apoio aos trabalhadores que lutam pela redução da jornada de trabalho e se solidariza com os funcionários da PepsiCo, que recentemente realizaram uma greve parcialmente vitoriosa em prol da mudança da escala de trabalho de 6×1 para 5×2, garantindo folgas aos sábados. O debate sobre o fim da jornada 6×1 (seis dias de trabalho por um de descanso) tem ganhado força no Brasil, impulsionado por uma proposta que visa extinguir essa escala desumana, que compromete o convívio familiar, o direito ao lazer e ao descanso, além de impactar negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria da deputada federal Érika Hilton (PSOL-SP), propõe a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 36 horas, sem redução salarial. Embora a maioria dos servidores públicos federais tenha carga horária semanal de 40 horas, muitos setores do Executivo Federal também reivindicam a adoção das 36 horas. A direção do Sindsep-DF reafirma que o direito a uma vida digna além do trabalho é uma demanda geral da classe trabalhadora, incluindo os servidores públicos.
- **06/12/2024: Reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente na Funai.** Pauta: Progressão Funcional; Plano de Segurança; Programa de Gestão e Desempenho - PGD; Regulamentação das Bandas da GAPIN; Jornada de Revezamento de longa duração. Memória de Reunião nº 16 (SEI nº 7893416).
- **10/12/2024: A Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas reforçaram o chamado da @cutbrasil e das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo em atos para defender a democracia e cobrar punição aos generais golpistas** que estiveram diretamente envolvidos em crimes e ataques à democracia. A defesa da democracia é também a defesa de uma série de pautas fundamentais para o fortalecimento do Estado brasileiro, das políticas sociais e da valorização dos servidores públicos. Lutamos também pela revogação das reformas trabalhista, da previdência e da lei das terceirizações sem limites e pela taxação das grandes fortunas. Defendemos a ampliação de investimentos em políticas sociais, a reforma agrária, a demarcação das terras indígenas e a proteção do meio ambiente. Defendemos a vida das mulheres e crianças e somos contra o PL do estupro. A luta pela valorização do salário mínimo, das políticas sociais e de transferência de renda e a manutenção do piso constitucional da saúde e da

educação, objetos de ataque do capital financeiro, também estão em nossa pauta. Além disso, seguimos com a defesa de mais e melhores serviços públicos, o que envolve amplo debate sobre a estruturação de um Estado que represente, de fato, os interesses e necessidades da população, o que pressupõe a valorização dos servidores de todas as idades, atribuições e níveis de escolaridade, a defesa da estabilidade e do Regime Jurídico Único como forma de contratação e o fim da elitização e da fragmentação da categoria. Defender os serviços públicos é também fortalecer nossa democracia! Povo brasileiro se levanta contra anistia para os golpistas. Nesse sentido, o povo brasileiro foi às ruas de várias cidades do país, para pedir a prisão de todos os envolvidos na tentativa de golpe de Estado. Segundo investigações da Polícia Federal, o golpe, que teria tido a participação do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), envolveria os assassinatos do presidente Lula, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. "Sem Anistia para os golpistas" foi o grito ecoado em todo o país durante as mobilizações convocadas pela CUT e pelas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo. Os atos também defenderam: - Redução da jornada de trabalho, sem redução de salários! Não à escala 6X1! - Valorização do salário mínimo e das aposentadorias - Taxação dos ricos - Garantia de investimentos na Saúde e na Educação, sem redução de gastos - Contra o PL do estupro - Contra o genocídio da juventude negra - Redução da taxa de juros. "Essa deve ser uma mobilização permanente até que todos os envolvidos na tentativa de golpe estejam presos e até que as outras pautas deste ato sejam atendidas. Agora vamos nos preparar para a jornada de luta de 2025 que será intensa", comentou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, que participou da mobilização em Brasília. Atos foram realizados em diversas capitais e cidades do interior do Brasil. Também ocorreram mobilizações fora do país. Caso o golpe tivesse sido concretizado, o ex-presidente e os militares se manteriam no poder e transformariam o Brasil em uma ditadura. Esse era o projeto dos golpistas que assessoravam diretamente Bolsonaro, apontado pela Polícia Federal (PF) como líder da organização criminoso que pensou e articulou o golpe. Segundo a investigação, Bolsonaro decretaria estado de sítio e uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem. Em seguida, seria criado um gabinete de crise que passaria a governar os destinos do Brasil.

- **10/12/2024: Entidades entregam nota conjunta aos senadores.** Na terça-feira, 10 de dezembro, o Sindsep-DF e a Condsef, em conjunto com o Sinal, Sintbacen e Anafe, entregaram Nota Conjunta aos senadores e senadoras que reafirma a posição dos servidores do Banco Central **contra a PEC 65/2023** e, por meio das entidades signatárias, saúda a decisão do Senado de encerrar o ano de 2024 sem pautar a proposta, que tanto retrocesso representa para o país. No documento, as entidades lembram que a PEC 65 foi rejeitada por 74,5% dos servidores ativos e aposentados, em votação que contou com a participação de 4.524 pessoas, visto que a proposta fragiliza as carreiras e o exercício das atividades do Banco Central de regulação, supervisão e resolução do mercado financeiro.
- **11/12/2024: Dieese produz estudo sobre o pacote de ajuste fiscal e conclui: trabalhadores pagam a conta.** O Dieese concluiu uma análise sobre os diversos pontos do pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo federal no último mês de novembro. O documento traz uma síntese do conjunto de medidas tomadas

para equacionar as contas públicas (sem tocar no pagamento dos juros da dívida pública), em adequação ao arcabouço fiscal, aprovado pelo Congresso Nacional em 2023, e servirá como subsídio para debate do movimento sindical. Ao final a conclusão é bastante negativa: quem irá pagar a conta do ajuste são os trabalhadores. O documento conclui que é primordial inserir no debate a verdadeira razão dos desequilíbrios fiscais no país. Ou seja, o pagamento dos juros da dívida pública. Para a equipe técnica do Dieese, responsável pela análise do pacote, o conjunto de medidas proposto, com todos os possíveis impactos sobre as parcelas menos favorecidas da população, embora apresentado como necessário à sustentabilidade das contas públicas da União, se insere em uma discussão que envolve uma dura disputa pelos fundos públicos. “Nesse sentido, nunca é demasiado mencionar que nem de longe os valores aqui estimados se comparam ao contínuo dreno das despesas com o pagamento de juros da dívida pública. Apenas nos últimos 12 meses, foram pagos aos donos da riqueza financeira o montante de R\$ 869,3 bilhões”, destaca a análise. Outro ponto observado no documento é a forma como os projetos vão tramitar no Congresso Nacional. Um alerta vermelho é o fato de as medidas de restrição ao salário mínimo, BPC e Bolsa Família já terem sido enviadas ao Congresso e tramitarem em regime de urgência, enquanto os aspectos positivos da proposta ficarão para depois, especialmente no que diz respeito ao aumento do limite de isenção do imposto de renda e ao estabelecimento de nova alíquota para as pessoas de maior renda.

- **11/12/2024: Em reunião realizada com o Secretário de Gestão de Pessoas do MGI**, José Celso Cardoso, a Condsef/Fenadsef reforçou sua posição em defesa de um Estado que sirva aos interesses da maioria da população brasileira. Durante o encontro, representantes sindicais apresentaram propostas voltadas para a democratização do acesso e da organização das carreiras públicas, com foco em equidade salarial, mobilidade funcional e inclusão. Os representantes da Condsef compartilharam o levantamento realizado pelo DIEESE sobre o aprofundamento de distorções salariais observado durante o ciclo de negociações em mesas específicas. Para a Condsef/Fenadsef, o atual modelo de carreiras do funcionalismo favorece a cristalização de elites dentro do Estado, ampliando a distância entre os servidores e a população, o que favorece a fragmentação, as demandas por distintividade profissional e, conseqüentemente, compromete o poder de organização dos trabalhadores e a qualidade das políticas públicas. Por isso, a entidade defende medidas que oportunizem o ingresso de trabalhadores de menor escolaridade e renda no serviço público. A Confederação destacou que essa estrutura tem favorecido e aprofundado a manutenção de uma homogeneidade sociológica entre o corpo de servidores que pensam, planejam e executam as atividades estatais, o que tende a naturalizar os processos de acumulação e de reprodução do capital. Um ponto central da discussão foi a visão da Condsef sobre o conceito de desempenho no funcionalismo público. A entidade argumentou que desempenho não pode ser tratado como uma abstração técnica ou meritocrática, vinculado a uma percepção quantitativa de “entregas” no setor público. O desempenho, nesse caso, ao invés de incorporar sem críticas a lógica das empresas privadas, deve estar atrelado a uma orientação política clara chancelada pelo voto popular e pela consecução de objetivos sociais.

- **18/12/2024: Realizada a décima quarta audiência de um controverso processo de negociação, conduzido no STF, sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a proteção das terras indígenas no Brasil.** Um processo que discute a Lei 14.701/2023, responsável por introduzir no ordenamento jurídico brasileiro a inconstitucional tese ruralista do chamado “marco temporal” para a demarcação de terras indígenas. Uma conciliação sobre tema já pacificado, entre partes desigualmente posicionadas, e inscrita em um ambiente político assimétrico, conflitivo e fortemente marcado por ameaças, que pode trazer graves consequências aos direitos dos povos indígenas, incluindo uma explosão de novos casos de violência direta contra seus corpos e territórios. A questão, que tem reverberado sobre toda a institucionalidade estatal, demonstra abertamente o caráter extremamente frágil e sujeito a pressões indevidas de nossas instituições ditas democráticas. O tema também impacta diretamente toda a população trabalhadora brasileira, amplamente beneficiada pela segurança hídrica, pela proteção da sociobiodiversidade e pelos conhecimentos socioculturais, linguísticos e científicos construídos pelos povos indígenas em todos os biomas do país. Outras problemáticas gerais estão presentes nesse processo, sobretudo porque a usurpação dos direitos territoriais dos povos indígenas implicaria, necessariamente, em maior concentração fundiária e de renda por aqueles que já abocanham, historicamente, as riquezas nacionais. Entre os temas centrais da “negociação” destacam-se o negacionismo científico que intenta intervir no trabalho antropológico; ataques aos servidores públicos da Funai; tentativas de impor necessidades de desenvolvimento aos povos indígenas, além de uma completa inversão destinada a subverter a necessária discussão sobre cinco séculos de passivos econômicos e sociais resultantes de uma violência amplamente documentada contra os povos indígenas no Brasil.

A luta continua!

Fique atento ao calendário de mobilização do Sindicato! Não fique só, fique sócio!

Sindsep-DF

Gestão 2022/2025